

SAÚDE MENTAL E RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO: IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO SOBRE A SAÚDE MENTAL DA MULHER

MENTAL HEALTH AND GENDER SOCIAL RELATIONSHIPS: IMPACTS OF GENDER VIOLENCE ON WOMEN'S MENTAL HEALTH

Fernanda Roberta Pando Campos¹

Júlia de Oliveira²

Lucas Mendes Fukushima³

Layane Machado Buosi⁴

RESUMO

O presente artigo aborda articulações possíveis entre saúde mental e relações sociais de gênero, por meio de uma análise sobre os impactos psicossociais da violência de gênero sobre a saúde mental da mulher na sociedade brasileira. Para isso, foi feita uma revisão de literatura sobre o tema, na base LILACs, disponíveis em português e publicados nos últimos 6 anos. A pesquisa resultou em um total de 17 (dezessete) artigos, que foram organizados em três categorias de análise, conforme metodologia de análise de conteúdo: 1) saúde mental da mulher e violência de gênero, 2) referências para o trabalho da psicologia em serviços especializados em violência de gênero contra a mulher e 3) violência de gênero, representações sociais e políticas públicas. Os resultados indicam que as publicações corroboram as influências negativas da violência de gênero sobre a saúde mental, com predomínio de reflexões sobre as representações sociais de mulheres em contextos diversos. Conclui-se, entre outras reflexões, pela necessidade de que as políticas públicas de saúde atentem para a diversidade de condições de vida das vítimas e para a necessidade de intervenções em saúde mental, com vistas à prevenção da violência contra mulheres junto aos agressores.

Palavras-Chave: Saúde Mental. Relações de gênero. Violência de gênero. Saúde da Mulher.

ABSTRACT

This article discusses possible articulations between mental health and gender social relations, through an analysis of the psychosocial impacts of gender violence on women's mental health in Brazilian society. For this, a literature review on the subject

¹ discente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. E-mail: fernandarpando@gmail.com

² discente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. E-mail: juoliveira1011@gmail.com

³ discente do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. E-mail: lucasmendesfukushima@gmail.com

⁴ Professora mestra, orientadora do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG. E-mail: layane@univag.edu.br

was made, based on LILACs, available in Portuguese and published in the last 6 years. The research resulted in a total of 17 (seventeen) articles, which were organized into three analysis categories, according to content analysis methodology: 1) women's mental health and gender violence, 2) references to the work of psychology in services specialized in gender violence against women and 3) gender violence, social representations and public policies. The results indicate that the publications corroborate the negative influences of gender violence on mental health, with a predominance of reflections on the social representations of women in different contexts. It concludes, among other reflections, by the need for health public policies to pay attention to the diversity of living conditions of victims and the need for interventions in mental health, with a view to preventing violence against women with the aggressors.

Keywords: Mental Health. Gender relations. Gender violence. Women's Health.

Introdução

O presente artigo discute as intersecções entre saúde mental e relações sociais de gênero, tendo como tema central a violência de gênero contra a mulher e os impactos na saúde, assim como o processo de construção do sofrimento psíquico e sua influência na elaboração de políticas públicas para a assistência em saúde mental.

As discussões sobre gênero remontam aos anos 1970, a partir do questionamento da história assimétrica de poder entre homens e mulheres, feito por grupos políticos organizados, e designados sob a caracterização geral de feministas. Entre as autoras que desenvolveram gênero como uma categoria de análise, é central o trabalho de Joan Scott, que ponderou que o gênero “ênfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (SCOTT, 1990, p. 72). Assim, podia se contrapor ao determinismo biológico historicamente constituído em termos como “sexo” e “diferença sexual”, tornando-se uma nova categoria de descrição e análise de relações sociais entre homens e mulheres, em que são analisados os papéis sociais a eles atribuídos, tendo como vetor principal o fato de serem permeadas por relações assimétricas e desiguais de poder.

Como não poderia deixar de ser, tais desigualdades se refletem no campo das relações afetivas. Em que pese o fato de impactar negativamente a saúde mental de todos, predominam, nas pesquisas, a vitimização da mulher como objeto da violência de gênero por parte do homem. Em recente revisão de literatura envolvendo gênero e saúde mental, Rosa e Campos (2012, p. 650) afirmam que “a categoria gênero ressaltou a

vulnerabilidade da mulher em um contexto relacional envolvendo as hierarquias sociais/relações de poder”. Segundo as mesmas autoras, pode-se estabelecer uma relação direta entre este fato e a institucionalização da divisão sexual do trabalho, característica do processo histórico do capitalismo brasileiro, uma vez que, tendo sempre a mulher ocupado um lugar subordinado, e sendo mantida longe da vida social e do mundo do trabalho, inclusive por força do ordenamento jurídico e estatal do século XIX e XX, a fez frequente vítima de violência em vários níveis.

Apesar deste cenário de opressão, já descrito na literatura como “machismo estrutural” ser secular na sociedade brasileira, é relativamente recente o seu reconhecimento como um fator de risco para a saúde da mulher por parte das instituições políticas e autoridades sanitárias. A Organização Panamericana de Saúde (OPAS) só reconheceu a violência contra a mulher como causa de adoecimento de mulheres em todo o mundo em 1991 (ROSA; CAMPOS, 2012).

Em sua Folha informativa, atualizada em novembro de 2017, entre outros alarmantes indicadores, encontra-se a estimativa de que 1 a cada 3 mulheres em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual na vida por parte de seu parceiro; e 38% dos assassinatos de mulheres, globalmente, são cometidos por um parceiro masculino. Além disso, entre os “fatores associados especificamente à violência por parte do parceiro”, dois dos mais importantes são “Antecedentes de violência (autores e vítimas)” e “Discórdia e insatisfação marital (autores e vítimas)”. Cumpre ainda destacar, na mesma publicação, que entre os “fatores associados especificamente à violência sexual”, destacam-se as “Crenças sobre honra da família e pureza sexual” e “Ideologias que consagram os privilégios sexuais do homem” (OPAS, 2017, p. 1).

A partir destas considerações, o presente trabalho empreendeu uma análise sobre a literatura técnica recente sobre o tema, tendo em perspectiva a influência do conceito de relações sociais de gênero na formulação de políticas públicas de saúde mental no Brasil voltadas para as mulheres vítimas de violência, e também qual a relevância do conceito de relações sociais de gênero como determinante psicossocial da saúde mental de mulheres vítimas de violência, com o objetivo de fornecer subsídios para uma compreensão mais acurada das relações entre saúde mental, relações sociais de gênero e violência contra a mulher.

Gênero, Violência e Saúde Mental: um panorama

Compreender as complexas relações entre a violência, as relações sociais de gênero e a saúde mental das mulheres no Brasil envolve a análise de uma multiplicidade de fatores. Nesse sentido, a categoria gênero permitiu, ao longo da consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), a incorporação gradativa de estudos e levantamentos epidemiológicos que estabelecessem as necessidades das mulheres em áreas de atuação da saúde que transcendessem as diferenças biológicas, que até a década de 1980 predominavam nas práticas e discursos de então (FERRAZ; KRAICZIK, 2010).

Assim, pode-se falar de forma inequívoca em uma Política Pública de Saúde claramente comprometida com as questões de gênero, e não apenas referida às especificidades do corpo feminino (a noção tradicional de “saúde da mulher” como saúde reprodutiva), a partir do lançamento do Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM, em 1983, nascido da organização e ação política dos movimentos feminista e sanitarista, e que se propôs a construir “uma proposta de atenção à saúde que tomasse as mulheres na sua condição de cidadãs, portadoras de múltiplas necessidades de saúde, às quais o Estado deveria responder” (idem, p. 72).

Embora a violência, em suas múltiplas manifestações, e sendo um fenômeno sócio-histórico multideterminado, não seja em si um problema de saúde, está intimamente relacionado a ele, haja visto que saúde, neste contexto, deve ser entendida como a

resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (CEDOC/MS, 1986, pág.382).

Além disso, a violência e suas consequências implicam em morte, lesões, em diminuição a qualidade de vida das pessoas e reordenar a organização dos serviços de saúde, além de impor novos problemas para o atendimento médico, seja em nível preventivo, seja em nível curativo (MINAYO, 2006).

A maior prevalência dos indicadores de violência doméstica e sexual contra a mulher constitui-se assim, a maior causa de sofrimento, perda da qualidade de vida e incidência de transtornos mentais. O Brasil é signatário da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher desde sua adoção pela ONU, em 1979, e o seu principal marco legal acerca desta disposição é a Lei Federal n. 11.340, de 2006 – conhecida como Lei Maria da Penha. Esta lei define os tipos de violência doméstica contra a mulher, estabelece penas mais duras aos agressores e cria mecanismos de maior proteção judicial e policial às mulheres em situação de violência. Em que pese isso, o Brasil ainda amarga indicadores alarmantes: mulheres representam 67% das vítimas de agressão física no país, e 30% dos assassinatos contra mulheres ocorreram em seu próprio domicílio, de acordo com o Mapa da Violência de Gênero de 2019.

Às vezes a manifestação psiquiátrica do sofrimento mental mascara a vulnerabilidade social dos sujeitos. Sobre a variável trabalho, um dado significativo diz respeito às donas de casa e ao trabalho doméstico. Para Hirata e Kergoat (2007, p. 3), este trabalho é “efetuado gratuitamente pelas mulheres, é invisível e realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno”.

Segundo as autoras, trata-se de um ponto importante de discussão acerca da divisão sexual do trabalho, pois, apesar das mudanças sociais e a entrada da mulher no mundo público (assalariado), a atribuição a elas do trabalho doméstico continuou intacta e lenta (HIRATA & KERGOAT, 2007).

Pode-se dizer, assim, que a visibilidade das relações entre as relações sociais de gênero, violência e saúde da mulher tem relação direta com os avanços do movimento feminista, entendido aqui na acepção de Movimentos Sociais, definidas como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GONH, 2011, apud SARDETO, BAZARGHI e FERRAZZA, 2021).

Tendo em vista estas novas articulações, a ação afirmativa dos movimentos políticos das minorias sexuais, o enfrentamento da intolerância, do preconceito e da violência sob suas diversas formas contra a população LGBTQIA+ impõem um reposicionamento teórico e prático da Psicologia (AMANCIO, 2001). Apesar disso, as

referências diretas ao tema na Psicologia foram escassas antes do século XXI. Amâncio (2001) identifica, mesmo, uma espécie de “resistência” ao conceito, sobretudo na Psicologia norte-americana.

Apesar de ter sido a Associação Americana de Psicologia a pioneira na publicação de normas para combater o sexismo na linguagem dos artigos, o autor salienta que, ainda no final dos anos 80, em relação à revista de psicologia social mais proeminente daquela associação, “o estado da arte desta área de pesquisa, extremamente produtiva aliás, era apresentado num capítulo cujo título não incluía o termo **gênero**, mas sim o de **sex-roles**” (op cit, p. 10; grifo nosso).

Permanece, assim, aberto o caminho para a constituição de um saber e uma prática que, na Psicologia, represente a possibilidade de pensar em estratégias de intervenção em saúde mental que levem em conta as especificidades das diferenças de gênero no que tange ao adoecimento psíquico” (ZANELLO; FIUZA; COSTA, 2015, p. 240).

Método

Este trabalho baseou-se em pesquisa qualitativa, e teve como objeto a produção de autores nos últimos seis anos, que abordaram as relações entre saúde mental, relações sociais de gênero e violência contra a mulher. Esta pesquisa tem caráter bibliográfico, uma vez que utiliza como fonte artigos publicados em anais confiáveis. Sobre a pesquisa bibliográfica, Vergara (2005), discorre que é um estudo sistematizado desenvolvido com base em materiais publicados em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas.

Em relação ao método de abordagem, este estudo será realizado por meio de pesquisa qualitativa. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa é de particular relevância, no que se refere ao estudo das relações sociais devido a pluralidade das esferas da vida. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representação numérica, mas sim com a compreensão de determinado assunto. Os dados foram obtidos de forma secundária, visto que se realizou pesquisa em bibliotecas virtuais, e o tipo de estudo realizado foi o de revisão de literatura.

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois têm como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Para Gil (2016) estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Em razão da facilidade de acesso e pela grande disponibilidade de artigos em português, optou-se por realizar a pesquisa por meio de acesso a bases virtuais de dados BIREME, através do sistema de informação Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. Tendo em vista, ainda, o tema a ser abordado e a afinidade com as ciências da saúde, definiu-se pelo uso de duas bases de dados: LILACS e INDEX PSICOLOGIA – Periódicos. Considerando que tais bases de dados contemplam, como adverte Gil (2016), uma grande variedade de fontes bibliográficas de diferentes formatos, definiu-se, para efeito de padronização dos resultados, analisar exclusivamente o formato artigo científico.

As bases de dados possibilitam o acesso via internet com busca por assuntos ou por meio de descritores, com o auxílio de operadores booleanos. Para este estudo, a partir da eleição das palavras-chave, e buscando unitermos que sintetizassem os assuntos mais gerais a serem correlacionados, utilizou-se os descritores: “Saúde”, “mental”, “gênero” e “violência”, com uso interpolado do operador booleano AND.

Nos critérios de inclusão, foram considerados: artigos gratuitos, em português, publicados nos últimos seis anos, texto completo, nas bases de dados LILACS e INDEX PSICOLOGIA - Periódicos. Nos critérios de exclusão, artigos pagos, publicados em língua estrangeira, publicados antes ou depois do período 2016-2020, sem texto completo ou constante de outras bases de dados.

O acesso inicial foi feito pelo Portal BVS (www.bvsalud.org), e o lançamento dos descritores e operador booleano retornou um total inicial de 3.486 (três mil, quatrocentos e oitenta e seis) trabalhos. Ao aplicar o filtro “texto completo”, o total foi reduzido para 2.103 (dois mil, cento e três). A seguir, aplicamos o filtro “idioma português”, obteve-se a redução para 224 (duzentos e vinte e quatro) trabalhos. Ao aplicar o filtro “intervalo dos últimos 06 (seis) anos”, o número de trabalhos reduziu-se a 94 (noventa e quatro). Ao aplicar o filtro “bases de dados – LILACS e INDEX PSICOLOGIA – Periódicos”, o total de trabalhos chegou a 67 (sessenta e sete).

A partir destes, foi realizada a leitura dos resumos dos artigos, para identificar a pertinência do artigo ao objetivo do trabalho. Outrossim, foram desconsiderados os trabalhos que: 1) não tivessem relação direta com o tema ou os objetivos do trabalho, ou 2) tratassem das relações entre gênero, violência e saúde mental relacionados a outros grupos sociais (outras identidades de gênero, por exemplo). Dessa análise, foram identificados um total de 17 (dezessete) artigos de interesse para o presente trabalho, que foram compilados, lidos e fichados para serem relatados.

Finalmente, para a interpretação dos artigos e suas ideias principais, adotou-se a metodologia de análise de conteúdo, que se destina a “classificar e categorizar qualquer tipo de conteúdo, reduzindo suas características a elementos-chave, de modo com que sejam comparáveis a uma série de outros elementos” (CARLOMAGNO e ROCHA, 2016). Deste modo, as categorias utilizadas neste trabalho foram elaboradas a partir da análise dos objetivos e palavras-chave discriminadas pelos artigos (tabela 1), e a partir da frequência e relevância dos temas abordados, foram construídas três categorias de análise (tabela 2). Finalmente, tendo em vista a natureza do tema abordado por este trabalho, o conjunto dos artigos analisados também foram identificados e classificados segundo a representatividade feminina dos autores (tabela 3).

Por se tratar de um estudo bibliográfico, não houve necessidade de ser submetido à avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Foram observados todos os cuidados relacionados aos princípios dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/98 que regulamenta os direitos autorais no Brasil.

Resultados e Discussão

Conforme mencionado anteriormente, a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão resultou na classificação de 17 (dezessete) artigos. A tabela 1 abaixo explicita tais artigos por ano de publicação, título, autor, objetivos e palavras-chave, que foram utilizados para a construção das categorias de análise do presente trabalho:

Tabela 1 - classificação de artigos segundo objetivos e temas centrais

Ano	Título	Autores	Objetivos	Palavras-chave
2016	Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas	Souza, Márcia Rebeca Rocha de; Oliveira, Jeane Freitas de; Chagas, Mariana Cavalcante Guedes; Carvalho, Evanilda Souza de Santana	Descrever vivências de mulheres, em situação de rua, que fazem uso problemático de drogas	Mulheres; Drogas ilícitas; Violência; Saúde
2016	Violência de Gênero e seus Autores: Representações dos Profissionais de Saúde	Cruz, Suzyelaine Tamarindo Marques da; Espíndula, Daniel Henrique Pereira; Trindade, Zeide Araújo	Compreender as representações sociais de profissionais da saúde sobre a violência contra a mulher e os homens autores	Representações sociais; profissionais de saúde; homem autor de violência; violência de gênero
2017	Prevalência e fatores associados da violência sexual contra a mulher: revisão sistemática	Baigorria, Judizeli; Warmling, Deise; Magno Neves, Carlos; Delziovo, Carmem Regina; Salema Coelho, Elza Berger	Identificar na literatura a prevalência e fatores associados à Violência Sexual (VS) contra as mulheres adolescentes e adultas	Delitos sexuais; violência contra a mulher; prevalência; fatores de risco
2017	Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural	Acosta, Daniele Ferreira; Gomes, Vera Lúcia de Oliveira; Oliveira, Denize Cristina de; Marques, Sérgio Corrêa; Fonseca, Adriana Dora da	Analisar a estrutura e os conteúdos das representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher	Violência contra a mulher; Representações Sociais; Enfermagem
2017	Saúde mental e gênero: O perfil sociodemográfico de pacientes em um centro de atenção psicossocial	Campos, Ioneide de Oliveira; Ramalho, Walter Massa; Zanello, Valeska	Caracterizar, comparar e analisar o perfil sociodemográfico entre mulheres e homens de um CAPS II, com base na perspectiva de gênero.	Saúde mental; mulheres; gênero; condições sociais.
2017	Trajetórias conjugais e a construção das violências	Diniz, Gláucia R. S..	Investigar as formas de violência de gênero presentes nas relações conjugais, e discutir aspectos da postura de profissionais que atuam em serviços de referência	Violência; gênero; casamento; terapia familiar.

2018	Estereótipos de gênero no cuidado psicossocial das usuárias de cocaína e crack	Silva, Érika Barbosa de Oliveira; Pereira, Adriana Lenho de Figueiredo; Penna, Lúcia Helena Garcia	Analisou as concepções dos profissionais de saúde sobre as mulheres usuárias de cocaína e crack em processo de cuidado psicossocial baseando-se na perspectiva de gênero	Cocaína Crack; Usuários de Drogas; Gênero e Saúde; Saúde da Mulher
2018	Regulação emocional, sintomas de ansiedade e depressão em mulheres com histórico de violência conjugal	Zancan, Natália; Habigzang, Luisa Fernanda.	Avaliou as relações entre níveis de depressão, ansiedade e regulação emocional em 47 mulheres com experiência de violência conjugal.	Violência conjugal; gênero; regulação emocional; avaliação psicológica
2018	Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas	Medeiros, Mariana Pedrosa de; Zanello, Valeska.	Analisar se, e como, as políticas públicas desenvolvidas para as mulheres e aquelas resultantes da Reforma Psiquiátrica dialogam entre si no que tange ao tema dos impactos da violência na saúde mental das mulheres.	Violência, saúde, gênero, políticas públicas.
2018	Representação da violência doméstica contra a mulher: comparação entre discentes de enfermagem	Silva, Camila Daiane; Gomes, Vera Lúcia de Oliveira; Fonseca, Adriana Dora da; Gomes, Marcos Tosoli; Arejano, Ceres Braga.	Identificar e comparar a estrutura e conteúdo das representações da violência doméstica contra a mulher entre discentes das séries iniciais e finais de um curso de graduação em Enfermagem.	Representações sociais; Violência doméstica; Mulher; Enfermagem
2018	Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural	Acosta, Daniele Ferreira; Gomes, Vera Lúcia de Oliveira; Oliveira, Denize Cristina de; Marques, Sérgio Corrêa; Fonseca, Adriana Dora da.	Analisar a estrutura e os conteúdos das representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher.	Representações Sociais; Violência contra a mulher; Enfermagem; Assistência à saúde;
2018	Violência doméstica contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo: representações sociais de profissionais da atenção primária à saúde	Santos, Walquíria Jesusmara dos; Oliveira, Patrícia Peres de; Viegas, Selma Maira da Fonseca; Ramos, Thiago Magela; Policarpo, Aryanne Gabrielle; Silveira, Edilene Aparecida Araújo da.	Compreender as representações sociais de profissionais da Atenção Primária à Saúde sobre violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo.	Mulher; Representações Sociais; Violência doméstica; Atenção primária

2019	Estupros no Brasil e relações com o consumo de álcool: estimativas baseadas em autorrelato sigiloso	Massaro, Luciana Teixeira dos Santos; Adesse, Leila; Laranjeira, Ronaldo; Caetano, Raul; Madruga, Clarice S	Este estudo apresenta as prevalências de estupro e analisa a relação deste evento com o consumo de álcool	Violência sexual; Mulher; Alcoolismo
2019	Fatores Associados à violência contra mulher na vida pregressa de mulheres encarceradas	Fanger, Vanessa Cristina; Santiago, Silvia Maria; Audi, Celene Aparecida Ferrari	Verificar a prevalência e os fatores associados à violência na vida pregressa das reeducandas da Penitenciária Feminina de Campinas-SP	Violência contra a Mulher; Violência Doméstica; Saúde da Mulher; encarceramento feminino
2020	Mulheres em situações de violência doméstica acompanhadas em um Centro de Atenção	Campos, Ioneide de Oliveira; Magalhães, Yasmim Bezerra; Angulo-Tuesta, Antonia	Analisar fatores socioeconômicos de mulheres vítimas de violência em CAPS II	Saúde Mental; Violência Contra a Mulher; Violência Doméstica; Violência de Gênero
2020	Percepções do atendimento em saúde no contexto de violência conjugal	Freitas, Rafaela Guimarães; Souza, Larissa Nascimento de; Santos, Everton da Silva; Santos, Eliene Almeida; Carvalho, Milca Ramaiane da Silva	Conhecer as percepções de mulheres sobre o atendimento em saúde no contexto de violência conjugal	Representações Sociais; Violência de Gênero; Violência por Parceiro Íntimo; Mulheres; Serviços de Saúde
2020	Psicólogas nos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência	Souto, Verena Souza; Castelar, Marilda	Buscou-se mapear a presença e atuação de psicólogas em serviços especializados no atendimento a mulheres em situação de violência	Violência contra as mulheres; psicologia; prática profissional

Fonte: Elaborada pelos autores.

Do ponto de vista geral, todos os artigos estudam o fenômeno da violência de gênero contra a mulher declaradamente do sexo biológico feminino, cisgênero e heterossexual. Isso pode significar, por um lado, que a violência entre casais homossexuais femininos não seja significativa (ou, pelo menos, não tão estudada), e por outro, que a violência contra mulheres trans seja estudada e compreendida no contexto geral da violência contra pessoas trans - sendo, portanto, um ponto a ser esclarecido por pesquisas ulteriores.

A análise dos artigos revela que 5 deles (cerca de 30%) destacam as relações entre a violência de gênero contra a mulher e consequências diretas sobre a sua saúde mental, outros 5 (cerca de 30%) abordam a questão das referências técnicas para o trabalho de psicólogos no campo da violência de gênero contra a mulher, e pelo menos 7 trabalhos no período analisado (cerca de 40% do total) abordam a violência contra a mulher por meio de estudo de representações sociais, vale dizer, pela percepção de diversos segmentos da população alvo e pelos profissionais atuais e futuros.

Nota-se que a maioria dos estudos que empregam o conceito de Representação Social, termo criado por Moscovici (1978) no contexto da Psicologia Social, são majoritariamente feitos por autoras enfermeiras, demonstrando assim a grande influência dessa forma de compreensão. Por outro lado, são sobretudo psicólogas as autoras que se preocupam com a busca de parâmetros seguros para a atuação técnica com mulheres vítimas de violência.

Da análise de conteúdo possibilitada por esta classificação, foram geradas categorias a partir dos temas cujas palavras-chave foram mais frequentes, além dos Descritores de Saúde (DS) utilizados na base BIREME, e agrupadas segundo a relação lógica que estabeleceram. Por meio desta técnica, três categorias gerais de análise foram geradas, conforme a tabela 2 apresentada abaixo:

Tabela 2: Categorias de análise

Categoria	Quantidade de artigos	Ano
Saúde mental da mulher e violência de gênero	5	2018 (2); 2019; 2020 (2).
Referências para o trabalho da Psicologia em serviços especializados em violência de gênero contra a mulher	5	2018; 2019; 2020 (3).
Violência de gênero, representações sociais e políticas públicas	7	2016; 2017 (4); 2018 (2).

Fonte: Elaborada pelos autores.

Assim, passa-se a discutir as contribuições dos autores a partir das categorias de análise apresentadas.

I. **Saúde Mental da mulher e violência de gênero**

Esta categoria abrange os artigos que se ocupam do fenômeno da violência de gênero contra a mulher, independentemente da investigação sobre causas, e que procuram compreender de quais maneiras a saúde mental da mulher é negativamente afetada por sua ocorrência. Assim, Campos, Magalhães e Angulo-Tuesta (2020) afirmam que as formas de violência contra a mulher mais prevalentes são a violência sexual e física, e em sua maioria são praticadas por parceiros ou ex-parceiros das vítimas (35%), sendo um significativo fator de risco a escolaridade média das vítimas (menor escolaridade aumenta o risco de agressões).

Fanger, Santiago e Audi (2018) apontam que 40,3% das mulheres encarceradas, em sua vida pregressa, sofreram violência psicológica e 31,2% sofreram violência física/sexual, sendo que 85,5% de tais agressões ocorreram majoritariamente no ambiente doméstico, por seus parceiros afetivos, sendo que os fatores de risco associados foram: baixo nível econômico, baixo nível de suporte social, raça/etnia negra e ser jovem.

A associação entre violência de gênero contra a mulher e transtornos mentais, como também a dificuldade das mulheres em reconhecer os atos como violentos e/ou violação de direitos, também foi destacada nestes estudos (CAMPOS; MAGALHÃES; ANGULO-TUESTA, 2020; FREITAS *et al.*, 2020; FANGER; SANTIAGO; AUDI, 2018; MASSARO *et al.*, 2019; ZANCAN; HABIQZANG, 2018). Para estes autores, a dificuldade de as mulheres reconhecerem a gravidade das situações de violência, ou a frequente sensação de vergonha e medo de expor esses acontecimentos, chegando a negar a sua ocorrência, não apenas aumenta a incidência dos transtornos mentais, como também concorre para a cronificação desses abusos e a subnotificação do fenômeno em escala nacional.

À luz dos estudos sobre gênero, parece ser possível afirmar que tal subnotificação também se deve ao fato de que, em razão do machismo estrutural na sociedade brasileira, as mulheres tenham dificuldade em reconhecer atos violentos enquanto tal - particularmente quando não se trata da violência física, e sim de suas outras formas, mais sutis e mais socialmente aceitas, o que tende a retroalimentar a

violência e a torná-la crônica e progressivamente mais presente no cotidiano dessas mulheres.

O estudo de Fanger, Santiago e Audi (2018) vai além, e aponta que, entre as mulheres que sofreram ambos os tipos de violência (física e psicológica), ocorre maior prevalência de transtorno mental comum (TMC), que tem como sintomas a insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração, ansiedade; e que as mulheres que sofrem tais atos de violência até os 15 anos de idade tendem mais frequentemente a reproduzir esse padrão violento com suas filhas, perpetuando o ciclo de violência.

O estudo de Zancan e Habiqzang (2018) reforça estas impressões, ao concluir que transtornos de humor e de ansiedade, assim como prejuízo da regulação emocional em situações da vida cotidiana, são significativamente identificados em mulheres com histórico de violência, e que, como consequência disso, também são mais propensas ao uso de ansiolíticos ou antidepressivos para suportar o sofrimento psicológico.

Além de tais agravos, os estudos da OMS tratam sobre os traumas e agravos de longo prazo à saúde das vítimas, como lesões nos órgãos genitais, contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, abuso de álcool e drogas, depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático, entre outros (MASSARO *et al.*, 2019). Ao especificar as relações entre transtornos mentais e violência sexual, estes autores destacam a incidência de uso abusivo de álcool, particularmente na faixa etária entre 26 e 59 anos, solteiras e com menor escolaridade, corroborando outros estudos já citados, e acresce que entre as mulheres diagnosticadas com transtornos relacionados ao uso problemático de álcool, 6% relatam ter sido vítimas de estupro.

II. Referências para o trabalho da Psicologia em serviços especializados em violência de gênero contra a mulher

Esta categoria abrange os artigos que apontam para a necessidade de construção desses referenciais, ou criticam e denunciam a deficiência de modelos consistentes para a atuação profissional junto a esses serviços, ou ainda apontam a necessidade de que essa rede de cuidados seja ampliada, com a consequente necessidade de implementar

ações de qualificação profissional e atualização das referências técnicas para as psicólogas.

Os autores relacionados nesta categoria concordam que as práticas em Psicologia são essenciais para o cuidado de mulheres vítimas de violência, mas que precisam ser pensadas para além do convencional, fora do modelo biomédico e medicalizante, ampliando a rede e formando um trabalho multidisciplinar e intersetorial (SOUTO; CASTELAR, 2020; CAMPOS; MAGALHÃES; ANGULO-TUESTA, 2020). Assim, na opinião desses autores, faz-se necessário o desenvolvimento de práticas inovadoras nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, que devem ser repensadas cotidianamente, buscando atender a demanda das usuárias desses serviços, sendo a práxis das profissionais pensada com base numa psicologia feminista, visando a garantia de direitos e a mudança nas relações de poder socialmente construídas.

Isso porque os seus achados indicaram que a maioria das profissionais que deram início ao trabalho nesses espaços, não tiveram a formação e preparação necessária para atuar em serviços especializados com atendimento a mulheres em situação de violência e podem continuar reproduzindo padrões estereotipados dessa prática. Assim, parece claro que os serviços públicos carecem de programas de educação permanente destinados a qualificar aqueles que vão lidar com as vítimas da violência de gênero.

No que diz respeito à relação interinstitucional, psicólogas entrevistadas no seu trabalho disseram sentir dificuldade na articulação da rede com outros serviços, tais como: a interrupção na continuidade do acompanhamento em outros serviços, ausência de qualificação profissional e má qualidade dos equipamentos. Concluem, assim, que:

Para além de focar nos sintomas decorrentes dos processos intrapsíquicos de cada mulher, é necessário auxiliá-las a identificar suas capacidades e suas competências para a criação de estratégias de enfrentamento e superação das violências sofridas e construção de sua autonomia (SOUTO; CASTELAR, 2020, p. 06).

Os mesmos autores também descobriram que os profissionais de Psicologia também relatam dificuldade na execução e padronização do acompanhamento, que necessita de cooperação multiprofissional e intersetorial da rede, para fora do sistema de saúde, como a parte jurídica, segurança, entre outros.

Ou seja, é patente e urgente a necessidade de que serviços de assistência se liguem de forma estratégica tanto às autoridades epidemiológicas quanto às instituições ligadas à assistência social, educação, saúde, segurança pública e justiça. Além disso, o cuidado em saúde deve prover experiências de acolhimento, respeito, segurança e satisfação das necessidades individuais das mulheres vítimas de violência conjugal, frequentemente associado ao adoecimento (FREITAS *et al.*, 2020). Estes autores partem da constatação de que essas vítimas, quando definem um atendimento como inadequado, estão se referindo à falta de investigação dos profissionais sobre a violência de gênero; e concluem, como os demais autores, que é necessária a preparação e capacitação desses profissionais para lidar corretamente com a violência conjugal no âmbito da saúde.

A necessidade de que as intervenções se destinem a evitar a violência contra a mulher desde a infância, no sentido da progressiva extinção da cultura do machismo e do patriarcado (FANGER; SANTIAGO; AUDI, 2018). No entender desses autores, os profissionais e instituições devem direcionar sua atenção para o fenômeno da violência doméstica e proporcionar espaço de acolhimento a essas mulheres, como parte das estratégias de enfrentamento desse problema.

Por outro lado, também é necessário ressaltar a importância de melhorar os sistemas de obtenção de dados legítimos, diante da imensa subnotificação, além da capacitação dos profissionais e dos serviços, assim como uma rede mais fortalecida, humanizada e que garanta tratamentos completos e adequados às vítimas de estupro e que desenvolva estratégias de prevenção (MASSARO *et al.*, 2019).

Esta análise parece evidenciar a necessidade, com os mesmos objetivos, de intensificar campanhas públicas contra modelos de conduta identificados como relacionados ao que se convencionou chamar de “masculinidade tóxica”, ou seja, formas de agir, falar e se expressar baseados na violência e na pressuposição de uma assimetria natural entre os sexos, bem como na premissa de que o sexo biológico pré-determina e pré-condiciona lugares sociais, crenças, valores e normas morais. Além disso, face ao que foi exposto, torna-se clara também a necessidade de expansão de serviços públicos voltados para a atenção psicossocial aos agressores, tendo em vista as razões mais comuns às quais atribuem suas condutas, bem como ao caráter frequentemente progressivo e crônico das formas de violência contra a mulher.

III. Violência de gênero, representações sociais e políticas públicas

Esta categoria abrange os artigos que tratam da influência das representações sociais de diversos segmentos sociais sobre as práticas em saúde, tanto do ponto de vista das abordagens teórico-metodológicas quanto da orientação das diretrizes teóricas para as políticas públicas de saúde, na esfera dos três entes federativos. Desse modo, a conclusão de que a violência doméstica vai além de ser apenas um objeto de estudo, por se caracterizar por ter aspectos enraizados na sociedade contemporânea, valores, culturas, crenças, com grande influência nas questões de gênero nos aspectos biológicos, relações de poder, desigualdade social, dentre outros, é praticamente unânime (ACOSTA *et al.*, 2018; CRUZ; ESPÍNDULA; TRINDADE, 2017; HIRT *et al.*, 2017; SILVA; PEREIRA e PENNA, 2018).

O artigo de Silva, Pereira e Penna (2018) vai além: afirma que o desenho das políticas públicas deve levar em conta as particularidades do gênero como um determinante social de saúde, já que “fica evidente que o senso comum é um grande reforçador da ideia de “fragilidade feminina”, mesmo na contemporaneidade.

No que diz respeito às motivações supostas para a violência de gênero contra a mulher, Cruz, Espíndula e Trindade (2017) atribuem a três fatores principais: a socialização baseada em uma cultura machista, o abuso de álcool ou outras drogas por parte dos parceiros amorosos, como potencializador de atos violentos, e “traços de personalidade” tais como “ruindade”, desequilíbrio mental, transtorno psicológico ou ciúme, entre outros, destacando assim a necessidade de que os serviços de atenção à saúde mental também se proponham a acolher homens agressores, no sentido de trazê-los às discussões sobre relações de gênero e ações educativas sobre sua conduta, opinião compartilhada por Diniz (2017).

Nessa mesma direção, Pereira e Penna (2018) afirmam que a relação entre uso abusivo de substâncias, gênero e violência conjugal pode ser confirmada pelo fato de que, em casais heteronormativos, episódios de agressão são frequentemente atribuídos à frustração dos parceiros amorosos em relação às expectativas do cuidado do lar que têm sobre suas parceiras, na medida em que não seguem essas expectativas.

Na mesma linha, Souza *et al.* (2016) afirmam a existência de uma correlação significativa entre a violência de gênero (perpetrada por pai ou companheiro) e o uso problemático de drogas, e com muita frequência um problema vivido de forma transgeracional; e que, portanto, quanto mais marcas identitárias de desvalia social, mais provável a perpetuação e normalização da violência, e maior a expectativa dessas mulheres em normalizar a conduta violenta de homens em geral.

Diniz (2017) destaca que a agressão matrimonial é um dos principais focos da psicoterapia familiar, pois é com ela que se englobam diversos campos da vida dessas pessoas afetadas com o problema, desde seus filhos à amigos mais próximos, envolvendo diversas práticas de prevenção e tratamento para que tais comportamentos sejam extintos.

É possível encontrar outra constante nos trabalhos pesquisados: a necessidade de construir e manter espaços específicos de acolhimento para a violência de gênero contra a mulher (CRUZ; ESPÍNDULA; TRINDADE, 2017; DINIZ, 2017; HIRT, 2017; SILVA; PEREIRA; PENNA, 2018; SOUZA *et al.*, 2016). Este último destaca, para além da necessidade de tal espaço abrigar e acolher o sofrimento da mulher em todas as suas múltiplas determinações, o efeito de evitar a desmotivação da mulher na busca de seus direitos e proteção social, omitindo-se de fazer a denúncia, e aumentando a probabilidade de receberem agressões ainda mais danosas.

De forma mais específica, Souza *et al.* (2016) destacam a probabilidade de haver diferenças de reação e conduta contra agressão masculina em razão da droga de consumo, notoriamente, a maior presença de respostas invertidas na relação homem-mulher em usuárias de crack, com a ação agressiva da mulher compreendida como um lugar social de quem não tem nada a perder e tem comportamento imprevisível, enquanto que, para a mulher, trata-se de reagir tendo a substância como gatilho para uma ação mais violenta diante do desagrado e na ausência de rede de suporte social e vítima de diferentes tipos de violência de gênero.

Ao abordar especificamente a violência sexual contra a mulher, Baigorria *et al.* (2017) concluem que mulheres que sofreram violência sexual tem o dobro de probabilidade de desenvolver transtornos mentais como depressão, o que reforça a necessidade de que as políticas públicas contemplem, de modo amplo, uma “formação social embasada em direitos humanos, transversalidade de gênero e pelo

empoderamento das mulheres diante das iniquidades e relações de violência, enquanto busca da equidade de gênero” (BAIGORRIA *et al.*, 2017, p. 825).

A desigualdade social entre sexos é ainda maior no ambiente rural, no que diz respeito à subordinação aos companheiros, dominação masculina e divisão sexual do trabalho, ou seja, além das formas de violência comuns ao ambiente urbano, sobrecarga de trabalho e privação de liberdade no ambiente doméstico e conjugal, e mais ainda no caso de mulheres idosas (dada a baixa escolaridade, limitações físicas de doenças e do próprio envelhecimento), associadas à ausência de recursos coletivos de atenção social no ambiente rural (HIRT *et al.*, 2017).

Para outros autores, sintomas psíquicos primários – insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldades de concentração e queixas somáticas – são mais relatadas por mulheres em um CAPS, e que as principais queixas emocionais relatadas por mulheres estão relacionadas a papéis sociais tidos como típicos do gênero feminino: rupturas da maternidade (ter um filho ou perder um filho, brigas ou envolvimento deste com drogas), ou conflitos ou perdas com as próprias mães; problemas relacionados ao cônjuge, especialmente temas ligados à violência do marido: medo de morrer, vontade de matá-lo, abandono ou humilhação ou negligência emocional – postulando, ainda que tais tipos de queixas são praticamente ausentes dos prontuários de homens (CAMPOS, RAMALHO e ZANELLO, 2017).

Em relação aos serviços públicos já existentes, uma preocupação muito pertinente é a possibilidade de estar acontecendo uma psiquiatrização da condição feminina: como a maior parte das queixas de mulheres são oriundas da condição psicossocial da mulher tais como: conflitos relacionados à maternidade (crises após nascimento ou morte de um filho), relações conjugais (divórcio, separação, brigas, tentativas de suicídio, entre outros), diversos tipos de violências sofridas, vida laboral prejudicada e o papel de cuidadoras de outros e da casa, e como todas essas temáticas remetem a uma centralização desses papéis para a mulher, esta se torna uma condição de risco em si mesma, na qual “deixa de procurar a razão de seu mal-estar nas suas condições materiais de existência e revela, por meio do sofrimento (situação de surto), a opressão interior e a perda de qualquer poder sobre si mesma” (GARCIA, 1995, apud CAMPOS; RAMALHO; ZANELLO, 2017, p.73).

Por fim, e em consideração aos resultados apresentados, é possível inferir que o estudo dos impactos da violência sobre a saúde mental de mulheres afetadas está bem consolidado, a ponto de tornar visível as diferenças significativas entre segmentos dessa população em suas especificidades. Pode-se acrescentar que a análise desses estudos impõe a necessidade de que políticas públicas tenham em vista as especificidades próprias de mulheres em condições diversas do casamento ou união estável heterossexual, com residência fixa no ambiente urbano, como é o caso das mulheres em situação de rua, em configurações afetivas diversas, faixa etária ou em ambiente rural.

Tabela 3: Representatividade feminina nos artigos utilizados

Representatividade	Quantidade de artigos	Ano
Artigos escritos por apenas uma mulher	1	2017
Artigos escritos por mais de uma mulher	7	2016; 2018 (3); 2019, 2020 (2).
Artigos com participação de mulheres	9	2016; 2017 (3); 2018 (3); 2019; 2020.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tendo em vista que o movimento feminista deu visibilidade às assimetrias entre homens e mulheres no espaço social, o conceito de **representatividade** ganhou importância como parte do esforço coletivo de desconstrução das falácias e estereótipos que sustentam tais assimetrias; além disso, em face do fato de que, sendo a representatividade a expressão dos interesses de um coletivo social, e que as vontades e interesses desse coletivo sejam expressos politicamente por um representante de classe, tem um sentido político e ideológico intimamente relacionado à democracia (OLIVEIRA, SILVA e MAIA, 2021). Assim, é de interesse para os objetivos desta pesquisa apurar se há diferenças nas conclusões dos autores que possam ser relacionadas ao seu gênero.

Tal análise constatou que, embora não haja diferenças significativas entre homens e mulheres por assunto abordado, é fato que grande parte dos artigos foi escrita exclusivamente por uma ou mais autoras do sexo feminino (8, ou cerca de 45%), ou compõe parte significativa dos autores (9, ou 55% dos artigos), não havendo nenhum artigo escrito exclusivamente por autores do sexo masculino - que, quando fazem parte

do conjunto de autores, tratam quase exclusivamente de análises teóricas, tais como estudos de representação social ou de revisão de literatura. Significativo, neste contexto, é o fato de que quase todos os artigos que abordam diretamente o cuidado com a mulher, ou que envolvem a assistência à saúde, são conduzidos por autoras, em consonância com os estudos que já apontam o predomínio de mulheres em carreiras assistenciais em saúde, como a própria Psicologia, além de Enfermagem, Nutrição, Assistência Social e outras (CUNHA; SOUSA, 2016).

Considerações finais

O reconhecimento, por parte da Organização Panamericana de Saúde, da violência de gênero contra a mulher como um fator de adoecimento, e as perspectivas abertas pelos Estudos de Gênero, foram os principais fatores que tornaram possível o surgimento de várias linhas de pesquisa e ação sobre as consequências sociais, econômicas e psicológicas deste complexo fenômeno. Tendo em vista o conceito ampliado de Saúde expresso na VIII Conferência Nacional de Saúde (BRASIL, op.cit.), pode-se dizer que a vivência de situações violentas impacta diretamente na saúde e qualidade de vida da mulher, e que a ausência ou insuficiência de profissionais habilitados para lidar com as consequências dessas vivências pode ser vista como uma violência de Estado.

A presente revisão abordou parte da literatura disponível sobre os impactos na saúde mental de mulheres vítimas de violência nos últimos seis anos, tendo como resultados principais: a confirmação empírica da relação entre violência de gênero e a incidência de transtornos mentais nas mulheres vítimas; a constatação de que a violência física e a sexual são as mais comuns, sendo perpetradas principalmente por parceiros ou ex-parceiros; que a maior parte das vítimas desse tipo de violência são jovens mulheres negras, com baixo nível socioeconômico e escassas redes de apoio social; e que os transtornos de ansiedade, depressivos e abuso de substâncias são as formas de sofrimento mental mais comuns nesse estrato social. Assim, tais dados parecem fortalecer a hipótese de que está havendo uma psiquiatrização da condição feminina, particularmente da mulher que se encontra nessa encruzilhada de múltiplas

condições de exclusão social, tal como enunciada no trabalho de Campos e Zanello (2018) e corroborada por outros, como Sardeto *et al.* (op.cit).

A pesquisa indica, ainda, que boa parte da literatura aponta a ausência de referências seguras para que psicólogos (as) abordem as vítimas, a escassez de serviços públicos de apoio e as dificuldades relativas à organização em rede dos serviços relacionados. Por fim, boa parte dos estudos abordam as representações sociais de variados segmentos da população e a sua relação com as políticas públicas.

Tendo em vista as características gerais estudadas, infere-se a necessidade de implementar políticas públicas efetivas na área, especialmente relacionadas às especificidades socioeconômicas e culturais das mulheres, a diversidade sexual e de identidade de gênero, bem como trabalhos relacionados à prevenção de atitudes concernentes à “masculinidade tóxica” e redes de cuidado aos agressores.

Referências

ACOSTA, Daniele Ferreira et al. Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, v. 39, e61308, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472018000100417&lng=en&nrm=iso>. acesso em 02 nov. 2020.

AMANCIO, Lígia. O gênero na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. **Psicologia**, Lisboa, v. 15, n. 1, p. 9-26, jan. 2001. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492001000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 nov. 2020.

BAIGORRIA, Judizeli et al. Prevalência e fatores associados da violência sexual contra a mulher: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, v. 19, nov-dez2017. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rsap/2017.v19n6/818-826/> acesso em 02 nov. 2020.

BOEFF, Muriel Closs; CAMARGO, Tatiana Souza De. Gênero e Diagnóstico em Saúde Mental: Que relação é essa? **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/327.pdf> Acesso em 01 nov. 2020.

BORGES, Lenise Santana *et al.* Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 33, n. 3, p. 730-745, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932013000300016>. Acesso em: 02 nov. 2020.

BRILHANTE, Aline Veras Moraes. Violência contra a mulher: uma análise epidemiológica dos casos notificados em um hospital de referência. In: **Interfaces entre saúde mental, gênero e violência**. Fortaleza: EdUECE, 2018. Disponível em: <http://uece.br/eduece/dmdocuments/INTERFACES%20ENTRE%20SAUDE%20MENTAL%20GENERO%20E%20VIOLENCIA.pdf> Acesso em 30 out. 2020.

CAMPOS, Ioneide de Oliveira; MAGALHAES, Yasmim Bezerra; ANGULO-TUESTA, Antonia. Mulheres em situações de violência doméstica acompanhadas em um Centro de Atenção Psicossocial. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 12, n. 3, p. 116-138, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000300009&lng=pt&nrm=iso. acesso em 30 out. 2020.

CAMPOS, Ioneide de Oliveira; RAMALHO, Walter Massa; ZANELLO, Valeska. Saúde mental e gênero: O perfil sociodemográfico de pacientes em um centro de atenção psicossocial. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 22, n. 1, p. 68-77, mar. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2017000100008&lng=pt&nrm=iso. acesso em 02 nov. 2020.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. In: **Revista Eletrônica de Ciência política**, Curitiba/PR. Vol. 7, n.1, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756> Acesso em 17/09/21.

CEDOC/MS - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Anais da 8a Conferência Nacional de Saúde**, Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/cns/pdfs/8conferencia/8conf_nac_anais.pdf acesso em 14 nov. 2021.

CRUZ, Suzyelaine Tamarindo Marques da; ESPINDULA, Daniel Henrique Pereira; TRINDADE, Zeidi Araújo. Violência de Gênero e seus Autores: Representações dos Profissionais de Saúde. **Psico-USF**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 555-567, dezembro, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712017000300555&lng=en&nrm=iso. acesso em 02 nov. 2020.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “convenção de Belém do Pará”**. Belém do Pará: Brasil, 1994. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm> Acesso em 02 nov. 2020.

CUNHA, Yasmine Fernanda Ferreira; SOUSA, Romário Rocha. Gênero e Enfermagem: sobre a inserção do homem no exercício da enfermagem. In: **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**. Belo Horizonte/MG: v. 03, n. 03, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21450/rahis.v13i3.4264> acesso em 16 nov. 2021.

DINIZ, Gláucia R. S. Trajetórias conjugais e a construção das violências. **Psicol. clínica.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 31-41, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652017000100004&lng=pt&nrm=iso> acesso em 30 out. 2020.

FANGER, Vanessa Cristina. SANTIAGO, Silvia Maria; AUDI, Celena Ap. Ferrari. Fatores Associados à violência contra mulher na vida pregressa de mulheres encarceradas. **Reme rev. min. enfermagem**, v. 23, e-1259, 2019. Disponível em: <http://www.reme.org.br/exportar-pdf/1395/e1249.pdf> acesso em 02 nov. 2020.

FERRAZ, Dulce; KRAICZYK, Juny. Gênero e Políticas Públicas de Saúde – construindo respostas para o enfrentamento das desigualdades no âmbito do SUS. **Revista de Psicologia da UNESP**. 2010. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/428/406> Acesso em: 02 nov. 2020.

FREITAS, Rafaela Guimarães et al. Percepções do atendimento em saúde no contexto de violência conjugal. **Rev. baiana enfermagem**, Salvador, v. 34, e36884, 2020. Disponível em: <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502020000100343&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 02 nov. 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 37, n. 132, set/dez 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005> acesso em 02 nov. 2020

HIRT, Maiara Carmosina et al. Representações sociais da violência contra mulheres rurais para um grupo de idosas. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, e-68209, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rgenf/v38n4/1983-1447-rgenf-38-04-e68209.pdf> acesso em 30 out. 2020.

MASSARO, Luciana Teixeira dos Santos et al. Estupros no Brasil e relação com o consumo de álcool: estimativas baseadas em autorrelato sigiloso. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, e-00022118, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v35n2/1678-4464-csp-35-02-e00022118.pdf> acesso em 02 nov. 2020.

MEDEIROS, Mariana Pedrosa de; ZANELLO, Valeska. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estudos e pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 384-403, abr. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100021&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 nov. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2006.

OLIVEIRA, Vitória Najara Rodrigues de; SILVA, Tamara Leticia Freitas; MAIA, Kyev Moura. Representatividade Feminina: uma análise comparativa das candidaturas de mulheres no cenário legislativo municipal do sertão central cearense nos pleitos de 2016 e 2020. In: **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**. Brasília/DF: n. 19, p. 514-548, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/36906/30294> acesso em 16 nov 2021.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa - Violência contra as mulheres**, 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820 Acesso em: 30 out. 2020.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; CAMPOS, Rosana Tereza Onocko. Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 648-656, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v36n95/a17v36n95.pdf> Acesso em: 30 out. 2020.

SANTOS, Walquiria Jesusmara dos, et al. Violência doméstica contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo: representações sociais de profissionais da atenção primária à saúde. **Revista pesquisa em cuidados fundamentais**. 10(3), jul-set 2018. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6197/pdf> acesso em 02 nov. 2020.

SARDETO, Alessandra Rodrigues. BAZARGHI, Natália; FERRAZZA, Daniela Andrade. Movimento Feminista e Antimanicomial: uma análise das lutas por direitos em uma sociedade capitalista-patriarcal. In: **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 58, p.<195-217>, jan/jun 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i58.15204> acesso em 16 nov 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667> Acesso em: 30 out. 2020.

SILVA, Camila Daiane et al. Representação da violência doméstica contra a mulher: comparação entre discentes de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, e-63935, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1983-14472018000100419&script=sci_abstract&tlng=pt acesso em 02 nov. 2020.

SILVA, Érika Barbosa de Oliveira; PEREIRA, Adriana Lenho de Figueiredo; PENNA, Lúcia Helena Garcia. Estereótipos de gênero no cuidado psicossocial das usuárias de cocaína e crack. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 5, e-00110317, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000505004&lng=en&nrm=iso. acesso em 02 nov. 2020.

SOUTO, Verena Souza; CASTELAR, Marilda. Psicólogas nos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 25, e-44031, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722020000100216&lng=en&nrm=iso acesso em 30 out. 2020.

SOUZA, Márcia Rebeca Rocha de et al. Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. **Rev. Gaúcha Enferm.** Porto Alegre, v. 37, n. 3, e-59876, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472016000300418&lng=en&nrm=iso>. acesso em 30 out. 2020.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - SPM. **III Plano Nacional de Política para as Mulheres**. Brasil, 2013. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2012/08/SPM_PN_PM_2013.pdf Acesso em: 30 out. 2020.

ZANCAN, Natália; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Regulação Emocional, Sintomas de Ansiedade e Depressão em Mulheres com Histórico de Violência Conjugal. **Psico-USF**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 253-265, Junho 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712018000200253&lng=en&nrm=iso>. acesso em 02 nov. 2020.

ZANELLO, Valeska.; SILVA, René Marc Costa e. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética**, v. 20, n. 2, p. 267-279, 2012. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745/776 Acesso em: 01 nov. 2020.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 238-246, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000300238&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 nov. 2020.